

Cad.Est.Ling., Campinas, (41):37-54, Jul./Dez. 2001

ATOS DE REFERENCIAÇÃO NA INTERAÇÃO FACE A FACE¹

LUIZ ANTÔNIO MARCUSCHI
UFPE/CNPq

ABSTRACT: *Starting from the premise that the process of referenciation is neither a simple activity of extensional designation nor of identification or discrimination of beings, individuals, things, facts, situations, states, etc., but a complex interactive decision developed by individuals in specific situations, this paper makes explicit how interlocutors arrive at referential consensus in the public and social use of language. It is based on the idea that reference is much more a situated and interactive action than an explicitation of a language-world relation or an act of affirmation of successful and conventionalized correspondences in the language. In the end, it postulates that our assertions are assertions of beliefs assumed as facts because as Putman says, it is reasonable to take them as facts. Therefore, to refer is essentially a process of explicitation of beliefs, interactively and publicly elaborated and admitted.*

1. A IRRELEVÂNCIA DA VERICONDICIONALIDADE PARA A DETERMINAÇÃO REFERENCIAL

Se eu afirmasse aqui que o processo referencial é muito mais uma questão etnográfica do que uma questão semântica e epistemológica, de que tamanho seria a heresia? Imagino que para os devotos das teorias semânticas vericondicionais eu deveria tirar umas longas férias distante da comunidade lingüística e para os interacionistas e sócio-cognitivistas eu seria elevado ao *status* de guru. Como não pretendo me afastar da comunidade lingüística nem me tornar guru de ninguém, matizarei um pouco minha assertiva sem me afastar muito destas duas idéias centrais:

1. *A noção de verdade como correspondência é irrelevante para o processo referencial;*
2. *A referenciação na relação face a face é fruto de uma atividade colaborativa e não uma simples convenção lingüística.*

¹ Este trabalho insere-se no contexto do Projeto Integrado “*Fala e Escrita: Características e Usos*” desenvolvido no Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco com apoio do CNPq, (proc. nº 523612/96-6) e situado no *NELFE (Núcleo de Estudos Lingüísticos da Fala e da Escrita)*.

Disto decorrem várias conseqüências às quais me dedicarei aqui mostrando como a referência, na relação face a face, é muito menos uma determinação lingüística e muito mais uma ação conjunta num processo interativo com atividades inferenciais realizadas na enunciação, sem esquecer que a cognição situada exerce um papel central. Disse ‘na relação face a face’, mas poderia certamente admitir qualquer tipo de enunciação, tanto escrita como falada. Em suma, parece que a determinação referencial prevê um processo de arbitragem interativamente controlado.

Quanto à primeira tese, convém frisar que a noção de referência adotada não é a das teorias verifuncionais que vêm na correspondência linguagem-mundo uma relação biunívoca, numa postura epistemológica realista e com uma significação rígida. No caso, a linguagem, tida como realidade mental, seria um espelhamento do mundo, sendo este uma realidade extra-mental. Daí surgiria a noção de correspondência. Não adotando essa posição, afirmo ser a vericondicionalidade irrelevante para a referenciação², já que esta é uma atividade interativa e não uma relação de correspondência convencional e fixa. Em conseqüência, a referência será aqui definida como atividade de construção colaborativa de *referentes* como *objetos de discurso* e não *objetos do mundo* (v. Mondada & Dubois, 1995). A idéia central neste ponto é a de que a referência não se dá apenas na relação linguagem – mundo.

Quanto à segunda tese, que postula ser a referência uma questão etnográfica, trata-se de situar a discussão no contexto das investigações etnometodológicas (v. Goffman, [1979] e Gumperz, 1982), que postulam ser a racionalidade e a construção da própria realidade uma atividade de enquadre cognitivo socialmente realizado. A rigor, gostaria de chegar a afirmar que a referência não se resolve na epistemologia nem na ontologia e sim na ação interativa. Trata-se de uma questão sócio-cognitiva em que o processo referencial é melhor caracterizado como interativo. A referência poderia ser tida como aquilo que, na atividade discursiva e no enquadre das relações interpessoais, é construído num comum acordo entre os atores sociais envolvidos numa dada tarefa comunicativa.³

Vejamos aqui um exemplo extraído de um diálogo ocorrido em 1980 entre uma moça de 27 anos (N) que chega a um posto de gasolina com seu carro e um frentista de 29 anos (F), coletado por Sette (1980:153).

Exemplo (1)

1 N: quer verificar água da bateria por favor

² Em parte, esta posição retoma a questão já levantada por Donnellan (1966) quando ele distinguiu entre o “uso referencial” e o “uso atributivo” de descrições definidas, postulando que no caso dessas expressões poderia ocorrer um conteúdo descritivo falso sem prejuízo da determinação referencial.

³ Na realidade, as posições aqui sugeridas são bastante comuns, só não têm sido desenvolvidas nesta perspectiva. Vejam-se, por exemplo, os conhecidos trabalhos de John L. Austin (1962), John R. Searle (1969) sobre os atos de fala, e Herbert Paul Grice (1968 e 1975) com o princípio de cooperação e as implicaturas baseados na distinção entre *significação natural* (do enunciado) e *não-natural* (do falante) que, rigorosamente falando, não levaram a quase nada de relevante na questão do tratamento das interações verbais reais devido ao formalismo a que estão submetidos. É provável que nem Austin, nem Searle e muito menos Grice tenham analisado uma única transcrição de fala ou tenham se dedicado a alguma audição de fita ou de indivíduos em situações interativas.

- 2 F: um momentinho moça (...) está baixa (..) vai pegar uma meia garrafa
 3 N: quanto é a garrafa?
 4 F: é vinte e cinco (..) o resto você guarda que serve para outra vez
 5 N: o senhor quer verificar o óleo também? (...)
 6 F: o óleo tá bom (..) tá um bocado sujo mas ainda agüenta uns dias
 7 N: se tiver muito sujo , melhor mudar logo
 8 F: olhe aqui (..) está preto já mas ele ainda tem visgo
 9 N: visgo como?
 10 F: ainda tá grosso assim (..) quando ele tá ralo não presta mais
 11 N: então deixa (..) na semana que vem eu troco (..) dá uma limpadinha no vidro por favor

Interessam, no exemplo (1), as linhas 8 a 10, em que os interlocutores N e F constroem colaborativamente a noção de ‘visgo’ como forma de determinação da consistência do óleo do motor, em função de uma tomada de decisão. O referente de ‘visgo’ não é evidente como objeto do saber de N e precisa de ser construído, o que é feito com base numa *explicação* (como estratégia comum nestes casos). Com isto desfazem-se equívocos, determinam-se referentes e tomam-se decisões.

O tema da produção lingüística como atividade conjunta, como mostrarei adiante, é o núcleo das duas últimas obras de Herbert H. Clark, “*Arenas do Uso da Língua*”(1992) e “*Usando a língua*” (1996), numa perspectiva bem diversa daquela proposta por Searle (1969) e Grice (1975). Também Lorenza Mondada (1994 e 1997), Denis Apothélos e Reichler-Béguelin (1995), entre outros, se dedicaram essencialmente a esse tema nos últimos anos e suas posições constituem aqui meu ponto de partida.

Vários estudos recentes sobre as *anáforas*, em especial as anáforas indiretas analisam a questão (v. Schwarz, 2000 e Marcuschi, 2001). Ultimamente, inclino-me cada vez mais a considerar as teorias dos *espaços mentais* e das *mesclas de domínios conceituais*, tal como vêm sendo desenvolvidas por Gilles Fauconnier (1985, 1997) e, entre nós, por Margarida Salomão (1999) como uma das melhores abordagens dos processos de referenciação como atividades interativas e não operações lingüísticas. Portanto, nem o tema nem as principais soluções são novos.

2. AS DUAS TRADIÇÕES: LÍNGUA COMO PRODUTO E LÍNGUA COMO AÇÃO

Em sua proveitosa obra sobre o funcionamento da língua em contextos sociocomunicativos, Herbert Clark (1992: xi-xvi) distingue duas tradições na lingüística contemporânea, dos anos 60 do século XX para cá: (a) tradição do produto e (b) tradição da ação. Até os anos 60 dominava a tradição estruturalista e descritivista tributária de um ideal de ciência positivista, que progressivamente foi perdendo sua consistência inclusive em áreas como a Física e a Química, tradicionalmente as mais resistentes.

A tradição do produto é representada em especial pelo gerativismo, pelos estruturalismos e pelos diversos tipos de formalismo que se ocupam de analisar a língua enquanto produto com fonologia, morfologia, sintaxe e semântica bem estabelecidas. É a perspectiva da significação dos enunciados baseada no conhecimento da língua; não se interessa pela questão da contextualização dos enunciados. Os falantes dominam a língua a ponto de não terem problemas no processo interativo, que não conta como fator relevante. Para esta tradição, o aspecto estrutural da frase é mais básico que o da sua significação. Aqui a língua tem um nível de autonomia suficiente para permanecer na análise da frase.

A tradição da ação, inaugurada em especial por Austin e continuada por Searle, Grice e os pragmaticistas, analistas da conversação, etnometodólogos, analistas do discurso, busca ver o funcionamento da língua em vários níveis de ação: não nega a existência e importância dos níveis estritamente lingüísticos mencionados, mas frisa a relevância de todos os demais níveis, tais como o da enunciação, modalidade, cognição, situacionalidade e assim por diante. Nesta tradição, o aspecto enunciativo e a significação são mais básicos do que a estrutura em si. A convicção aqui é a de que não produzimos frases e sim enunciações sempre situadas em contextos em que indivíduos se encontram em interações. A tese central nesta tradição é a de que falar ou escrever não são atividades autônomas, mas sim são parte de uma atividade pública, coletiva, coordenada e colaborativa.

Na segunda tradição, a expressão uso da língua é de certo modo imprecisa, pois ela suporia que os sentidos seriam produtos do uso de frases particulares por falantes, como se essas frases tivessem em si os conteúdos e aos falantes só restasse identificar tais conteúdos. Melhor será, nesta tradição, falar em ações lingüísticas, o que traduz bem a noção de agir com a língua como uma forma de “produzir uma classe de ações coletivas nas quais a significação dos falantes joga um papel necessário” (Clark, 1992:xvii). Para Clark, isso é assim porque os falantes não se desempenham num “vácuo”, mas sim “em arenas de ações altamente estruturadas”, das quais tomam parte os atores sociais (participantes), os processos sociais e as ações coletivas.

Em sua obra mais recente, Clark (1996:3) propõe e desenvolve como tese central que “o uso da língua é realmente uma forma de *ação conjunta*”. Para o autor, “uma ação conjunta é aquela produzida por um grupo de pessoas que agem coordenadamente”. Neste sentido, a ação lingüística “envolve tanto processos individuais como sociais”. Ao privilegiarmos essa tradição lingüística, admitimos que a maneira mais comum de produzir sentido em nossas práticas culturais é considerá-lo como uma construção social.

3. LÍNGUA COMO LÂMPADA E NÃO COMO ESPELHO

Uma concepção dinâmica de língua, não essencialista nem formalista, é decisiva para as análises que pretendo fazer aqui. Neste sentido, concebo a língua muito mais pela metáfora da “lâmpada” que do “espelho”, pois ela não é uma representação especular do mundo e sim uma apresentação; a língua não é um retrato e sim um trato

do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele. Mais do que capital, a língua é uma moeda, servindo para trocas; mais do que um almoxarifado de mercadorias disponíveis (num estoque de itens lexicais), a língua é uma carpintaria (uma espécie de heurística). A língua não é uma dupla de trilhos a ligar dois pólos – o mundo e a mente –, mas um conjunto de trilhas que decidimos seguir mesmo que dê em aporias. Com isto perguntamos muito mais pelos processos de construção de sentido na interlocução e muito menos pelos sentidos eventualmente construídos nessa interlocução.

A condição aporética da linguagem enquanto fenômeno humano é a forma de ser da língua. Daí ser ela uma atividade social e cognitiva em contextos historicamente delineados e interativamente construídos. A linguagem se dá como interlocução situada e se oferece como conhecimento para o outro. Dinâmica por natureza, a língua é estável, mas não estática e permite que os indivíduos a sigam. Deixa-se normatizar, embora de forma variável e variada. A linguagem é um de nossos nichos humanos mais antigos. Muito anterior à invenção do machado e da roda; anterior também à descoberta do fogo e da pólvora. Foi o motor da própria construção da condição social do homem, que só assim conseguiu fazer o outro saber que pensa e o quê pensa. Veja-se a este respeito a posição de Tomasello (1999), que postula ser a evolução sócio-cultural do ser humano fundada em seus instrumentos semiológicos mais importante que a evolução biológica, e que o processo de “evolução cultural cumulativa”, que nos torna humanos, funda-se na “inventividade colaborativa” denominada sociogênese (p. 41). Trata-se de uma interação cooperativa em que dois ou mais indivíduos desenvolvem instrumentos, símbolos etc. para uso comum.

4. A REFERENCIAÇÃO NÃO É UNÍVOCA

Explicar como conseguimos referir e como sabemos que referimos determinadas entidades com enunciados lingüísticos é uma tarefa bastante árdua e ainda aberta à discussão. Não é uma saída muito segura dizer que partilhamos uma língua com uma sintaxe, morfologia, fonologia e um dicionário embutido, convencionalmente utilizados em nossas enunciações. Pois é fácil mostrar que um sem-número de enunciações podem ter variadas e legítimas interpretações, variados e legítimos referentes designados sem que se possa dar preferência a um ou outro sem invocar o contexto enunciativo, a intenção e outros expedientes.

Veja-se o caso comentado por Jakob Mey (1993:89), supondo uma situação em que eu estaria no meu quarto num hotel de um país estrangeiro e ouvisse batidas à porta. Não abro a porta, mas pergunto: “*quem é?*” e obtenho como resposta: “*sou eu*”. O que é que eu faço neste caso? Abro a porta ou não? Se conheço a qualidade da voz e nela identifico uma pessoa conhecida, posso abrir; do contrário, fico na dúvida. Na realidade, um “*sou eu*” não é uma identificação nem uma referência muito clara, pois eu é todo aquele que enuncia o enunciado encabeçado por esse pronome. Trata-se de uma asserção dêitica, o que mostra que a referência é basicamente, pelo menos neste caso, uma questão pragmática. Sua solução é situativa, como em todos os demais dêiticos de pessoa, espaço e tempo.

Em contraposição aos pronomes e a todos os dêiticos que atuam numa dependência contextual bastante grande, haveria, segundo muitos semanticistas, os itens lexicais ditos plenos, que teriam pelo menos uma referência “virtual” ou prevista pelo dicionário. Mas isto é apenas uma suposição, pois como bem lembra Searle ([1979]-1995:183) não existe um suposto “significado literal” que pode ser definido para um enunciado fora de contexto. Não existe algo assim como um ‘*contexto zero*’ para a interpretação de enunciados.

Suponhamos um caso simples, não tão rebuscado como o de Searle ([1979]-1995:198-202). Alguém chega num restaurante e pede: “*me dá um sanduíche com presunto queijo e ovo*”. Embora tudo pareça muito simples, a atendente diz: “*aqui ninguém dá nada, aqui tudo é pago*”. Será que ela teria entendido mal aquele “*me dá*”, pois o freguês certamente não queria algo de graça, apenas queria algo pelo qual seguramente pagaria, pois ele sabe que em restaurantes a comida é paga, dado que essas instalações ainda não são organizações filantrópicas; ele sabia que aquela era uma forma que dava certo sempre quando a usava e sabia muitas outras coisas relacionadas a essa ação. Contudo, não há nenhuma garantia de que as fórmulas sempre vão funcionar do mesmo jeito. Tudo dependerá das atividades serem colaborativas e cooperativas.

Quando dizemos que a linguagem é uma atividade colaborativa, isto certamente envolve a questão referencial. É interessante indagar-se como é que alguém sabe, por exemplo, que com uma dada expressão ‘X’ ele refere uma entidade ‘Y’? Mais: como é que um indivíduo A supõe com tanta segurança que um outro indivíduo B saiba o mesmo que ele sabe quando usa a expressão ‘X’ para referir ‘Y’? De duas uma: ou ele(s) sabe(m) isso antes ou depois. Se sabe(m) antes, então isso já estava lá e a língua era um espelho; se sabem depois, isso veio de algum lugar ou por algum tipo de esforço produzido por ele(s). No primeiro caso, temos que resolver quem pôs esse ‘Y’ lá e se esse ‘Y’ é invariante para todos os indivíduos (de uma dada comunidade) que usam a expressão ‘X’. No segundo caso, temos que resolver que lugar é esse e que esforço é esse que produz um ‘Y’ interativamente e se esse ‘Y’ assim produzido tem alguma consistência ou se ele se esgota num subjetivismo aleatório. No próximo item, tento dar algumas sugestões para a solução dessa questão. De qualquer modo, parece claro que a linguagem não é um tipo de *feromônio semiótico*⁴ com compreensão garantida por osmose, infiltração ou acupuntura.

Defendo, portanto, centralmente a tese de que tratar a referência fora das práticas comunicativas é incorrer numa inadequação teórica e empírica. Não se trata de radicalizar a pragmática, transformando-a em base de toda a atividade semântica. Também não se trata de tornar-se um *perspectivista radical* como os criticados por Searle (2000). Trata-se de defender a inserção dos processos referenciais na atividade lingüística interativa, envolvendo aqui a enunciação e a cognição. Trata-se de retirar da língua a autonomia que lhe foi conferida, em especial no caso dos estudos dos anos 50 a 80 (e na tradição do produto, vista acima). Parece possível defender que as práticas

⁴ Segundo o *Dicionário Aurélio, Século XXI*, versão eletrônica, feromônio é uma “designação genérica de substâncias segregadas por animais, esp. insetos, que servem de meio de comunicação entre indivíduos da mesma espécie ou são atraentes sexuais”.

comunicativas situadas em contextos relevantes são um bom apoio para a determinação de significações lingüísticas.

Não se pense aqui que estou reduzindo a significação às práticas interativas. Pois isto me conduziria a um relativismo de difícil sustentação. Também convém alertar para o fato de que não estou esquecendo a complexa questão levantada pela Análise do Discurso em relação à noção de sujeito aqui implicada. Seria ingênuo postular que os sujeitos nos seus encontros sociais estariam determinando os sentidos *ab ovo*, como se fossem os primeiros a dizerem determinados conteúdos. Quando digo que a interação é a base para os processos referenciais, proponho que se veja a interação como ponto de convergências para a construção de referentes ou de sentidos, mas não a fonte do sentido. É claro que existem bastidores interessantes nessa “arena” interativa, tal como a história, a cultura, a sociedade, as crenças e assim por diante, que se sobrepõem aos indivíduos em carne e osso.

5. PARA INTERAGIR PRECISAMOS TER ALGO EM COMUM

Disse acima que o processo referencial é melhor caracterizado como interativo. Mas a interação supõe a presença de algo comum, por exemplo cultura, crenças, língua, contextos situacionais e outros aspectos mais. Esta é a tônica da obra de Clark (1992), para quem *todo uso significativo da língua supõe uma base comum*. Contudo, isto gera o famoso *paradoxo do conhecimento mútuo* (p.10), que poderia ser resolvido não por uma definição nominal ou essencial do conceito, mas ao se responder a essas duas questões funcionais: (a) que tipo de conhecimento compartilhado é necessário para o uso da língua? e (b) como esse conhecimento compartilhado é na prática acessado e assegurado?

Veja-se o exemplo (2), que reproduz uma breve interação entre uma entrevistadora universitária (E) e uma benzedeira (B) nos arredores de Brasília (v. Bortoni, 1984:17).

Exemplo (2)

- 1 B - Outros traz um agradinho, um sabão assim...
- 2 E - Traz o quê?
- 3 B - Traz um agradinho de - alimento, né?
- 4 E - Como é que a senhora chama?
- 5 B - Conceição Moreira!
- 6 E - Não!
- 7 B - Ah!

O problema (linha 2) era o desconhecimento da expressão ‘*agradinho*’ por parte da entrevistadora. A entrevistada esclarece como sendo alguma coisa como *alimento*, por exemplo (linha 3). O curioso é que a entrevistadora demonstra não ter entendido e lança a pergunta (linha 4): “*Como é que a senhora chama?*” e recebe a resposta em que a benzedeira diz seu nome “*Conceição Moreira*” (linha 5), numa atitude cooperativa como observa Bortoni (1984), mas se trata de uma incompreensão, pois a expressão:

- *como é que a senhora chama?*

pode tanto significar:

- (a) '*como é seu nome?*' (uso pronominal: *chamar-se*), ou então.
- (b) '*como é o nome disso?*' (uso não-pronominal: *chamar*).

A entrevistadora tinha em mente a compreensão (b) no uso não-pronominal. Mas no dialeto da entrevistada, o verbo '*chamar*' nunca é pronominal e só é usado na versão não-pronominal (a), '*como é que a senhora chama?*' equivalendo a '*como é o seu nome?*', ao passo que para a versão (b) a entrevistada usa o verbo "falar", ou seja:

- *como é que fala isso?*

O certo é que a benzedeira se dá conta do equívoco e admira-se de sua incompreensão (linha 7). O uso da língua não foi suficiente para saber do que se tratava; era necessário o uso de uma variante comum. Ter uma língua em comum é mais do que ter um sistema, é ter uma variante comum, uma vivência comum e muitas outras coisas mais.

O problema neste momento é: o que é *ter algo em comum*? Quando é que duas pessoas têm algo em comum? E como sabem que têm algo em comum? Até hoje continua ainda bastante obscura a idéia de conhecimentos comuns partilhados. O melhor seria afirmar que os conhecimentos (os objetos do saber) são *construídos em comum* e que essa condição de *ser comum* seria o resultado de um movimento interativo que leva ao partilhamento, mas não é um *a priori* lingüístico embutido nas mentes humanas (e conduzido pelos itens lexicais). Assim, dominar a mesma língua seria ter em comum as condições de construir conjuntamente sentidos.

E com isto podemos entrar nas duas questões de Clark (1992), ou seja, o que é que se deve partilhar para o uso da língua e como isso é acessado e assegurado. Neste caso, quais dos aspectos acima lembrados – cultura, crenças, língua, contextos – devem ser necessariamente comuns para se poder referir sem problemas (partilhadamente) na interação, já que retiramos a referência do interior da língua, como se fora uma propriedade intrínseca aos itens lexicais e a deslocamos para a atividade interativa. Certamente, não podemos prescindir da língua na interação, mas embora ela possa ser tida como necessária, a língua *per se* ainda não seria suficiente. O contexto é outro aspecto necessário, mas não suficiente. E assim poderíamos prosseguir com todos os demais aspectos invocáveis. Não chegaríamos a determinar quais são os necessários e suficientes. Isto porque a caracterização de processos não se dá por esse tipo de propriedades essencialistas.

É por essa via que chegamos ao descarte da idéia de que a referenciação tem na convencionalidade lingüística sua propriedade necessária e suficiente. Se estas propriedades semânticas existissem para a referenciação, a língua seria transparente, inambígua e monosssemântica, e gloriamente autônoma. Ela seria o desejado

conhecimento comum que levaria ao compartilhamento. No entanto, não só a noção de vericondicionalidade é irrelevante para o processo referencial, mas também a tão cara distinção pragmática *versus* semântica. Parece que a distinção entre um *sentido do falante* e um *sentido do enunciado* não passa de mais uma ficção a ser descartada das condições de produção de sentido.

6. O QUE É TER UMA LÍNGUA EM COMUM?

Vale a pena insistir na indagação acima: *o que é mesmo ter uma língua em comum?* Será que é o fato de dominar um conjunto de regras sintáticas e morfológicas, um léxico e uma fonologia? É a habilidade de produzir um enorme conjunto de enunciados mutuamente compreensíveis? Quais são os conhecimentos que fazem parte dos conhecimentos da língua? Estão ali incluídos os conhecimentos de mundo? São os conhecimentos de mundo parte integrante dos conhecimentos da língua?

Mais do que dominar regras, parece que conhecer uma língua é saber como lidar com ela nas atividades interativas, ou como dizia Wittgenstein: é saber *jogar o jogo dos atos de linguagem*. O certo é que conhecimentos de mundo, conhecimentos sociais, conhecimentos de regras de comportamento etc. e conhecimentos lingüísticos não podem ser distinguidos com muita precisão. Eles estão de tal modo imbricados que não conseguimos mais distingui-los. É essa imbricação que constitui a racionalidade de um povo (como lembram os etnometodólogos), que vai dar origem à composição dos fenômenos comuns de procedência diversa.

Certamente, fazem parte dos conhecimentos lingüísticos os conhecimentos que permitem entender as metáforas, as metonímias, as associações, as analogias e todos os demais usos lingüísticos que fogem ao controle rigoroso da vericondicionalidade. Não há correspondência *a priori*, nem há correspondência descarnada.

7. PARADOXOS DO CONHECIMENTO COMUM

Não se trata de uma metáfora a idéia de que a referência é uma atividade conjunta, colaborativa e situada. Veja-se como é construída a referência nesta tirinha de jornal.

Exemplo (3)



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, 07/03/2001

A que é que a Helga, a famosa esposa de Hagar, está se referindo? Como é que ambos constroem o referente? E como é que nós sabemos que eles estão construindo o mesmo referente que nós? Que indícios são postos aqui pelo autor da tirinha como pistas relevantes para pensarmos as mesmas coisas? E como é que nós vamos ‘pescar’ essas mesmas coisas?

Esta é uma questão conhecida como o paradoxo do conhecimento mútuo, que aqui será retomado na argumentação de Clark (1992:10-19) com alguns exemplos por ele analisados. Clark parte de uma situação básica que se desenvolve num conjunto de variações. A situação básica é assim posta:

Exemplo (4)

Suponhamos que esteja ocorrendo um festival de filmes dos Irmãos Marx no Cine Roxy, com um filme por noite durante a semana. Vejamos agora alguns cenários para esse pano de fundo:

VERSÃO 1: Na quinta-feira pela manhã, Anne lê na edição matutina do jornal local que naquela noite está passando o filme *Monkey Business*. Mais tarde ela encontra Bob e pergunta: “*Você já viu o filme que está passando no Roxy esta noite?*”

Interessa aqui considerar a expressão definida ‘t’: ‘*o filme que está passando no Roxy esta noite*’, usada por Anne para referir o filme “*Monkey Business*”, como o referente ‘R’. Assim, a condição 1 é admitir que:

a) Anne sabe que “t é R”.

A questão é: do que deve Anne assegurar-se a fim de que sua referência seja bem-sucedida? Entre as condições que devem ser asseguradas para que Bob infira corretamente, Anne deve fazer uma suposição de conhecimentos comuns partilhados para que ambos tomem o mesmo referente pretendido. Ela não pode fiar-se em alguma

virtude intrínseca da expressão definida usada, pois o fato de Anne saber que “t é R” não garante o sucesso da referência para Bob. Uma condição *sine qua non* para o sucesso da referência é que Bob saiba que “t é R”. Segundo Clark (1992:11), uma das maneiras de a referência de Anne falhar ocorre nesta segunda versão do caso:

Exemplo (5)

VERSÃO 2: Na quinta pela manhã Anne e Bob lêem a edição matutina do jornal e discutem o fato de que o jornal diga que “*A Day at the Races*” está sendo exibido naquela noite no Roxy. Mais tarde, após Bob ter saído, Anne compra a última edição do jornal que traz uma correção que diz que é “*Monkey Business*” que está sendo exibido naquela noite. Mais tarde, Anne encontra Bob e pergunta: “*Você já viu o filme que está passando no Roxy esta noite?*”

Embora esta versão satisfaça a condição (a) posta acima de conhecimento comum, Anne produziu sua descrição definida sem assegurar devidamente o acesso à nova realidade. Ela não tem fundamento algum para pensar que Bob saiba que se trata de *Monkey Business* e não de *A Day at the Races*. Para que a referência seja bem-sucedida, Anne deveria assegurar-se de uma segunda condição, ou seja, que:

b) Anne sabe que Bob sabe que “t é R”.

Poderíamos pensar que as duas condições (a) e (b) até aqui propostas seriam suficientes para que a referência pudesse ocorrer. Contudo, a terceira versão desse caso mostra que isso não é bem assim.

Exemplo (6)

VERSÃO 3: Na quinta pela manhã Anne e Bob lêem a edição matutina do jornal e discutem o fato de que o jornal diga que “*A Day at the Races*” está sendo exibido naquela noite no Roxy. Quando chega a edição da tarde, Bob lê a seção de filmes e nota que o filme foi corrigido para “*Monkey Business*” e circula-o com sua caneta vermelha. Mais tarde, Anne pega a última edição e nota a correção e reconhece a anotação de Bob. Ela imagina que ele não tem como saber se ela viu a última edição. Mais tarde, no mesmo dia, Anne encontra Bob e pergunta: “*Você já viu o filme que está passando no Roxy esta noite?*”

Este cenário satisfaz as condições (a) e (b) acima. Contudo, como Bob não sabe que Anne viu a anotação dele, ele imagina que ela esteja indagando pelo filme da primeira edição e com isso se engana porque não satisfazia esta terceira condição:

c) Anne sabe que Bob sabe que Anne sabe que “t é R”

Isto nos leva a uma quarta versão, já que esses três postulados devem ser satisfeitos.

Exemplo (7)

VERSÃO 4: Na quinta pela manhã Anne e Bob lêem a edição matutina do jornal e discutem o fato de que o jornal diga que “*A Day at the Races*” está sendo exibido naquela noite no Roxy. Mais tarde, Anne vê a segunda edição do jornal e nota que o filme foi corrigido para “*Monkey Business*”, e marca o fato com sua caneta azul. Mais tarde, enquanto Anne observava sem Bob saber, ele toma a última edição e nota a marcação de Anne. Nessa mesma noite Anne vê Bob e pergunta: “*Você já viu o filme que está passando no Roxy esta noite?*”

Esta versão satisfaz as condições (a), (b) e (c) postas acima, mas embora Anne saiba que Bob viu sua marcação, ele não sabe que ela viu e ela, sabendo que ele não sabe que ela o viu, pode imaginar que ele imagina que ela vá pensar que ele não saiba o referente correto. Assim, precisamos de uma quarta condição para haver partilhamento de referentes:

d) Anne sabe que Bob sabe que Anne sabe que Bob sabe que “t é R”

Pois bem, esta edificante historinha poderia ir adiante numa infinidade de versões e nunca iríamos preencher todas as condições necessárias para que a inferência se desse de modo seguro. Este é, em suma, o paradoxo do conhecimento mútuo, que na verdade sugere haver algumas condições a serem necessariamente satisfeitas *ad infinitum*. Por isso, não há saída plausível por esse lado.

Imagino, como observa Clark (1992:19), que a versão de Grice (1957) a respeito da significação do falante (a intenção), depois desenvolvida em outros trabalhos, também não seja um bom caminho. Pois distinguir entre significação do falante (intenção) e significação do enunciado (referência) não é suficiente nem leva longe.

Contudo, o que se nota é que nestas elucubrações tudo se baseia em condições e suposições unilaterais e não em negociações ou partilhamentos úteis em função da convivência entre os indivíduos. A única via para superar o problema posto pelo paradoxo dos conhecimentos comuns é conduzir o processo por mais caminhos. Clark (1992:35-36) arrola tipos diversos de conhecimentos comuns. Podem ser de uma maneira geral (1) duradouros ou (2) temporários. E os temporários podem subdividir-se em: (a) genéricos (sobre fatos gerais, como o fato de os canários serem aves, os leões serem carnívoros etc.), ou (b) particulares (objetos, eventos, pessoas, coisas pessoais, individuais etc.).

Seguramente, os conhecimentos mútuos serão maiores se formos da mesma comunidade e partilharmos certas normas sociais ou uma série de outros aspectos culturais. A presença física também traz uma série de condições favoráveis a se ter um conjunto de elementos comuns, como a situação imediata e um foco de visão comum. Resolveremos a referenciação dêitica com mais facilidade e segurança *in praesentia*. Enfim, como afirma Clark (1996: 92), qualquer coisa que façamos conjuntamente com outras pessoas nos processos interativos vai estar na dependência de informações, conhecimentos, situações, interesses, culturas, normas, língua etc. comuns ou partilhados. Assim, para o autor, “uma base comum é um *sine qua non* para tudo o que

viermos a fazer com o outro – desde as atividades conjuntas mais gerais até as mais simples e estreitas ações conjuntas”.

8. REFERENCIAÇÃO COMO ATIVIDADE CONJUNTA E COLABORATIVA

Este trabalho iniciava defendendo a tese de que a referenciação é um processo mais etnográfico (ligado aos processos sócio-interativos) do que semântico e epistemológico. Vimos uma série de questões que nos conduziram a desenvolver aspectos que poderiam trazer alguma luz para ao caso, em especial uma noção de língua e uma noção de referência adequada. Agora vamos tratar a questão específica da referenciação na atividade conversacional, já que a conversação é a forma mais genuína de se usar a língua, como observa Clark (1992, 1996).

A tese mais geral a defender é a de que não são os conhecimentos comuns que resolvem a situação, mas condições comuns e partilhadas de construção de conhecimentos que permitem a referenciação. Assim, para superar o paradoxo posto pela série de enunciados:

- a) A sabe X
- b) A sabe que B sabe X
- c) A sabe que B sabe que A sabe X
- d) ...

podemos propor o princípio de construção colaborativa da referência, ou seja:

- A partilha com B as condições de interação necessárias para, juntos, construírem o conhecimento X.

Esse partilhamento de condições necessárias se dá como processo interativo em contextos sociais e culturais relevantes mediados pelo uso da língua. Veja-se a questão ilustrada neste exemplo (8), também extraído de Bortoni (1984:19), em que uma entrevistadora universitária (E) não entende a entrevistada (MP), em virtude de uma regra fonológica que interfere na identificação da expressão referidora, que deve então ser trabalhada colaborativamente para atingir seu objetivo. Vejamos:

Exemplo (8)

- 1 E - Depende de que o sucesso da gente? Pra gente conseguir alguma coisa,
- 2 depende de quê? de quem?
- 3 MP- uai, depende da... da sistença da gente e da boa vontade, né? Num disisti
- 4 daquilo í sempri..
- 5 E - Mas que tipo de assitência seria essa?
- 6 MP - Não... assistença assim da gente mesmo falá: i'eu vô fazê aquilo, aquilo que i'eu

7 tenho vontade, né, de trabalhá pra... pra se consegui aquilo, a gente trabalha
e
8 consegue, o faiz aquilo que a gente tem vontade de fazê, né?

No caso da primeira resposta, a informante (linha 3) usou a expressão ‘*sistença*’, tendo aqui a palavra ‘*insistência*’ “sofrido uma aférese da sílaba inicial e redução do ditongo crescente na sílaba átona final” (Bortoni 1984:19). Com esta mudança fonética a entrevistadora interpretou essa palavra como ‘*assistência*’ por não dominar a variante da entrevistada. Como não entendeu, pediu esclarecimentos. E os esclarecimentos foram dados com vários exemplos que conduziam ao partilhamento de uma experiência de vida e não uma experiência linguística apenas.

Neste caso, podemos postular com J. Gumperz & J. Cook-Gumperz (1982:1) a premissa básica de que “os processos sociais são processos simbólicos, mas esses símbolos têm significação apenas na relação com as forças que controlam a utilização e a alocação de fontes circundantes”. Isto significa que todos os fatores que entram nos processos comunicativos só adquirem sentido em seus contextos de realização e que a comunicação não pode ser estudada no isolamento. Com esta premissa básica, aqueles autores deixam claro que uma análise meramente estrutural ou imanentista dos fenômenos interacionais estaria fadada ao fracasso.

Num outro trabalho, J. Cook-Gumperz & J. Gumperz (1984:3) dizem que sua premissa básica é a de

“que a interação verbal é uma atividade cooperativa que requer uma coordenação ativa dos atos por parte de dois ou mais participantes e que tudo o que é realizado, tudo o que é interpretado e toda a informação atingida não é inerente aos signos verbais ou não-verbais como tal, mas deve emergir dessas trocas interativas sequencialmente organizadas”.

Essa premissa sugere que não podemos confiar apenas nas características estruturais da interação, nem nas propriedades comunicativas da língua, nem nos contextos físicos (imediatos) de produção da interação, mas devemos estar atentos para o que os falantes fazem com tudo isso, se queremos de fato perceber como eles se entendem. O importante não é a identificação das regras da estrutura conversacional, mas a habilidade desenvolvida pelos falantes no uso das estratégias conversacionais, com o objetivo de se entenderem e atingirem metas comuns em situações sociais de fala. O modelo interacional é muito menos dependente do código do que os outros e constitui um modelo que opera crucialmente com a informação situada.

Suponha-se, por exemplo (v. Schiffrin 1987:400), que alguém entre numa sala de um escritório em que trabalham várias pessoas, onde eu me encontro falando com um colega, e esse alguém senta na sua mesa de trabalho e aguarda um momento; quando eu olho para o lado dele, ele levanta a mão e diz “oi!” e eu respondo “oi!”. Para o modelo baseado no código, trata-se de um cumprimento por força da significação do próprio código; para o modelo baseado na inferência griceana, trata-se da demonstração da intenção de cumprimentar; mas para o modelo baseado na interação colaborativa, pode-se ter uma série bastante grande de fenômenos comunicados:

- ele pode querer dizer que agora, com essa forma informal de cumprimentar, já esqueceu uma briga antiga;
- pode demonstrar para os outros, mas sem que ele queira isso intencionalmente, uma certa intimidade comigo;
- pode, mas não intencionalmente, revelar que nos encontramos com frequência.
- Pode demonstrar que somos grandes amigos
- ...

No caso do modelo interacional, não se coloca como central a intenção comunicativa nem a intersubjetividade, mas a significação situada. Assim, por exemplo, numa interação com alguém, um bocejo pode me dar a entender cansaço, sem que o outro tenha querido me dizer que estava cansado. Diante disso, como interlocutores, no processo interacional, estamos sempre propensos a ver, nos comportamentos de nossos parceiros de diálogo, significações. Também estamos o tempo todo interpretando suas palavras para além de seus significados. Tendo em vista esta super-atividade interpretativa, no modelo interacional, podemos incorrer em maior número de equívocos.

Este é precisamente o caso do diálogo (9), entre dois colegas de trabalho, uma datilógrafa de 25 anos (S) e um auxiliar administrativo de 30 anos (P), coletado por Sette (1980:164).

Exemplo (9)

- 1 S: tu já lanchasse?
- 2 P: ainda não... tô ocupado agora ... eu vô daqui a pouco
- 3 S: vai demorar muito?
- 4 P: não mas é melhor você não me esperar... vai indo
- 5 S: tá legal ... se tu não quer
- 6 P: que é isso garota... não tá vendo que tô ocupado aqui? ...deixa disso
- 7 S: tá seu besta... já vou indo mesmo
- 8 P: eu hein? te morderam hoje?

A pergunta colocada inicialmente (linha 1) não era um pedido de informação, mas sim um *convite*, que é entendido pelo parceiro de diálogo. Tanto assim que tudo o que segue é uma espécie de reprovação por parte de S ao pouco caso feito por P daquele convite. Note-se que a observação final de P não é sequer uma indagação e sim uma forma indireta de insultar, num revide ao que S dissera (linha 7) de maneira insultuosa. Houve uma construção ascendente do conflito neste diálogo. O conflito deu-se como fruto de um processo e não como um ponto de partida.

Já no caso do exemplo (10) temos uma situação um pouco diferente, em que as relações de poder interferem na construção de relações interpessoais e interpretação de enunciados. Temos aqui um diálogo extraído de Sette (1980:166) entre uma empregada doméstica H, de 33 anos, e a filha da patroa M, de 18 anos, na residência.

Exemplo 10

- 1 H: Marta tua mãe saiu e disse pra você estudar
- 2 M: agora tá bom (..) até a madame tá se metendo na minha

- 3 vida é?
- 4 H: tá bom (..) nem falo mais (..) você se vire com tua mãe
- 5 M: é isso aí (..) deixa de se meter Hilda
- 6 H: só tava dizendo o que tua mãe me mandou
- 7 M: sei (..) bem que você gos:ta

Aqui, o interlocutor mais fraco nas relações de poder – a empregada doméstica – inicia transmitindo a informação de que fora incumbida pela patroa. Contudo, a filha da patroa reinterpreta essa informação no contexto das relações de poder e inverte a situação com uma ironia “*até a madame...*”, o que sugere a construção de um referente (você não passa de uma empregada) numa dada condição de submissão que não deveria ser ultrapassada, sendo que no final (linha 7) isso é reforçado de modo explícito, sugerindo a vontade de dominação como um desejo da empregada. A rigor, neste diálogo, colaborativamente, constrói-se a linha divisória clara de relações entre ambas, mesmo que essa linha pudesse ser outra a partir das condições prévias em que se encaminhara a primeira proposta.

Vejamus um último caso de trabalho colaborativo de determinação de referentes numa relação de poder bastante clara em que a igualdade de posição na escala social impede que um mande no outro. O diálogo, também extraído de Sette (1980:166), realiza-se entre duas empregadas domésticas que trabalham na mesma residência: I, de 33 anos e B, de 20 anos.

Exemplo (11)

- 1 I: Bia apanha um balde pra mim?
- 2 B: eu não (..) vá você (..) tô ocupada
- 3 I: tu é chata mesmo
- 4 B: é nada bele:za (..) qué que eu deixe o serviço pra i buscá o balde? eu hein?

De início, I faz um pedido a B que toma como uma ordem e dá uma desculpa, mas na verdade, tratava-se de um indicador de má-vontade que se explicita no turno 4 em reação à resposta de I “*tu é chata mesmo*”. Quando B refere-se a I com a expressão “*beleza*”, sabemos o grau de ironia que isto comporta e que tipo de referente constrói.

Estes exemplos são ilustrativos pelo que eles contém de fenômenos culturais, sociais e cognitivos e mostram com grande nitidez as mais diversas formas de relação de poder entre os indivíduos. Além disso, mostram que, entre as estratégias utilizadas para a introdução, alteração, identificação, explicitação e dispersão de referentes na interação, poucas são de natureza mais estrutural, ou seja, aproveitam-se mais os recursos cognitivos que formais para a construção referencial.

9. UM PARÁGRAFO FINAL

Por tudo o que ficou expresso até este momento, não se pode admitir que referir seja designar, nomear ou apontar algo objetivamente verificável. Pois a noção de

objetividade é indevidamente definida, como observou Hillary Putnam (1992), se a definimos como fruto de operações cientificamente controladas e passíveis de atributos tais como a verdade (no sentido de correspondência). Por outro lado, a linguagem não é uma imitação da realidade ou uma produção facsimilar artificiosa porque, neste caso, como já disse alguém, a linguagem seria tão ruim como a carne de soja tida como facsímile da carne bovina. Em suma, por não ser a linguagem uma produção facsimilar da realidade, mas uma atividade interativa, ela contribui de forma decisiva para a construção não só do sabor, mas da própria carne enquanto tal.

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, Denis & Marie-José REICHLER-BÉGUELIN. (1995). *Construction de la référence et stratégies de designation*. TRANEL 23 – Du syntagme nominal aux objets-de-discours, 227-271.
- AUSTIN, John L. 1962. *How to do things with words*. Oxford, Oxford University Press.
- BORTONI, Stella-Maris. (1984). *Problemas de Comunicação Interdialetal*. Tempo Brasileiro 78/79:9-32.
- CLARK, Herbert H. (1992). *Arenas of language use*. Chicago, The University of Chicago Press.
- _____. (1996). *Using Language*. Cambridge, Cambridge University Press.
- COOK-GUMPERZ, Jenny & John J. GUMPERZ. (1984). The politics of a conversation: conversational inference in discussion. *Berkeley Cognitive Science Report Series*. Institute of Cognitive Studies. University of California at Berkeley. Mimeo, 19 pp.
- DONNELLAN. (1966). Reference and Definite Descriptions. *The Philosophical Review* 77. 281-304.
- FAUCONNIER, Gilles. (1985). *Mental Spaces*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1997). *Mappings in Thought and Language*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GOFFMAN, Erving. ([1979]. 1998). Footing. In: B. TELLES RIBEIRO & M. GARCEZ (orgs). *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre, Age Editora, pp. 70-97.
- GRICE, Herbert Paul. (1968). Utterer's meaning, sentence-meaning, and word-meaning. *Foundations of Language*, 4, 225-242.
- _____. (1975). Logic and conversation. In: P. COLE and J.L. MORGAN (eds). *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York, Seminar Press, pp. 41-58.
- GUMPERZ, John (1982). *Discourse Strategies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (ed.) (1982). *Language and Social Identity*. Cambridge, Cambridge Univ. Press. (Uma série de textos sobre interação intercultural e inter-étnica).
- LEVINSON, Stephen (1979). Activity Types and Language. *Linguistics* 17: 365-399.
- _____. (1981). The essential inadequacies of speech act models of dialogue. In: H. PARRET (ed.), *Possibilities and Limitations of Pragmatics*. Amsterdam, John Benjamins, pp.473-492.
- _____. (1980). Speech act theory: The state of the art, *Language Teaching and Linguistics: Abstracts*, 13:5-24.
- MARCUSCHI, L. A. (no prelo 2001). Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. A sair nas *Atas da IV Jornada do CelSul*, Curitiba, novembro de 2000. mimeo.

- MAZELAND, Harrie (1986). Short note on Gumperz's contextualization cues. *Osnabrucker Beitræge zur Sprachtheorie*. 33:170-182.
- MEY, Jacob L. 1993. *Pragmatics. An Introduction*. Oxford, Blackwell.
- MONDADA, Lorenza. (1994). Verbalisation de l'Espace et Fabrication du Savoir. Lausanne, Université de Lausanne, Faculté de Letres [Tese de Doutorado].
- _____. (1997). Processus de catégorisation et construction discursive de catégories. In: D. Dubois (Org.). *Catégorisation et cognition: de la perception au discours*. Paris: Éditions Kimé, pp. 291-313.
- MONDADA, L. e D.DUBOIS (1995) Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER, A. e M-J. REICHLER-BEGUELIN (eds). *Du syntagme nominal aux objets-de discours. SN complexes, nominalisations, anaphores*. Neuchâtel, Institute de Linguistique de l'Université de Neuchâtel. TRANEL 23: 273-302.
- PUTNAM, Hilary. (1992). *Razão, Verdade e História*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- SALOMÃO, Margarida. (1999). A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas, Revista de Estudos Lingüísticos*. Juiz de Fora. Vol. 3, (1): 61-79.
- SCHIFFRIN, Déborah. (1987). *Discourse Markers*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SCHWARZ, Monika. 2000. *Indirekte Anaphern in Texten*. Tübingen, Max Niemeyer.
- SEARLE, John R. (1969). *Speech acts*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. ([1979]. 1995). *Expressão e Significado. Estudos da teoria dos atos de fala*. São Paulo, Martins Fontes. [Em especial o texto "Significado literal" pp. 183-250].
- _____. (1998). *Mind, Language and Society*. New York, Basic Books.
- SETTE, Neide Durães (1980). *Formas de Tratamento no Português Coloquial*. Diss. ME, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, UFPE, Recife. Mimeo.
- TANNEN, Deborah (1979). What's in a Frame? Surface evidence for underlying expectations. In: R. FREEDLE (ed.), *New Directions in discourse processing*. Norwood, N.J., Ablex, pp. 137-181.
- _____. (1985). Frames and Schemas in Interaction, *Quaderni di Semantica VI*: 326-335.
- _____. (1986). *That's not What I Meant!* New York, William Morrow & Company.
- TOMASELLO, Michael. (2000). *The Cultural Origins of Human Cognition*. Harvard, Harvard University Press.